



Federação de Sindicatos de
Trabalhadores das
Universidades Brasileiras

Fundada em 19 de dezembro de
1978

INFORMES
Direção Nacional
ID2011 OUT-03



Brasília, 20 de outubro de 2011.

Diretores presentes em Brasília

Rolando, Mário Garofolo, Maninho e Rogério.

Reunião Coordenadores Nacionais e Regionais de Segurança – Pelotas/RS

Luizão, Doni.

INFORMES NACIONAIS

RELATÓRIO DA REUNIÃO COM O MINISTRO DA EDUCAÇÃO E O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM, 18/10/2011 – 11h00.

Pelo MEC: Ministro Fernando Haddad, Secretário da Educação Superior Luiz Cláudio.

Pela FASUBRA: Léia, Rolando, Rogério, JP.

A reunião inicialmente estava agendada com o Secretário Luiz Cláudio. A FASUBRA saudou o Secretário, e em seguida fez um resgate dos 113 dias de greve.

Foi pautada logo no início pela Federação, a judicialização da Greve da FASUBRA, solicitando ao Ministro Haddad que intercedesse junto aos demais setores de governo pela retirada da Ação Judicial. Destacou-se que a FASUBRA cumpriu todas as exigências do STJ e que o objeto da ação havia perdido seu efeito.

Foi solicitada pela FASUBRA uma Agenda positiva de reuniões com prazos e resolutividade por dentro do MEC, pois havia demandas que poderiam ser resolvidas no âmbito do MEC, além das demandas da CNSC.

Foi pautado a questão referente à concessão de bolsas de mestrado e doutorado, via CAPES para a categoria, a exemplo do modelo dos IFETS e a construção de Programa Nacional de Capacitação, com financiamento do MEC, no montante de 1% da folha de pagamento. Foi ressaltado que existe uma heterogeneidade muito grande entre as IFES na área de capacitação, inclusive algumas têm infringido a Legislação. Portanto a expectativa da FASUBRA e de que o MEC tenha uma atuação indutora junto as IFES.

O Secretário Luiz Claudio disse que as bolsas CAPES eram perfeitamente possíveis, mas que era necessário fazer uma ação conjunta com os reitores, vez que a capacitação é de interesse institucional, além do interesse pessoal do trabalhador.

Neste momento, o Secretário nos informou que o Ministro Fernando Haddad nos receberia no 8º andar. No gabinete do Ministro, foi dada continuação à reunião, contando com a presença do ministro.

Foi reforçado mais uma vez a Greve e a judicialização da mesma, solicitando diretamente ao Ministro a retirada do processo, por perda do objeto e por termos cumprido todo o requisito imposto por força judicial.

Pautamos a necessidade de uma ação por parte do MEC, buscando recursos para inclusão no piso da Tabela para o ano de 2012. Ressaltamos que essa questão é de interesse institucional, além de sindical, uma vez que o piso de R\$ 1.034,00 junto ao teto da tabela do PCCTAE é o menor do serviço público. O piso do PGPE já é R\$ 1.530,00. Esse fato tem provocado um grave problema de rotatividade da força de trabalho recém-contratada nas IFES, comprometendo a política de expansão das universidades, dado a precariedade salarial.

O Ministro disse que levaria o pleito sobre o fim do processo no STJ, por dentro do governo e quanto a inclusão de orçamento ainda para o ano de 2012 disse ter pouca margem para negociar. Mas entendia que o teto e piso da tabela tinha que ter um incremento, para que pudéssemos de fato ampliar a universidade e manter os concursado nas IFES.

O Ministro fez um destaque à forma de atendimento da decisão judicial na UNIPAMPA, informando que foi a única Universidade que os alunos sofreram prejuízos, devido a não abertura o SISU, perderam o semestre, por não ter as condições para fazer a matrícula, aproveitando o ENEM. Disse que aquele prejuízo dificilmente seria sanado.

Mais uma vez afirmamos que os problemas advindos à comunidade, não foi culpa unilateral do movimento, pois quem se negou a negociar em greve foi o governo e que isto acirrou o movimento.

Cobramos a Agenda de Trabalho com prazos (curto, médio e longo), além de resolutividade, evitando as reuniões intermináveis, que provocam falta de credibilidade por parte do conjunto da categoria. O Ministro disse estar de acordo com a definição de agenda, com prazos.

O Secretario Luiz Claudio afirma categoricamente que se houver possibilidade de alocação de recursos ainda para 2012, dependerá de ação autorizativa do poder executivo em comum acordo com o Poder Legislativo.

O Ministro Haddad diz que a FASUBRA deve envidar todos os esforços para uma negociação positiva para 2013, não abrindo mão dessa prerrogativa em função do impasse de 2012. Disse que deveríamos negociar. Colocamos que o conjunto da categoria necessita de incremento nos seus salários. Que os salários baixos comprometerão a gestão das Universidades, principalmente no tocante a ampliação dos quadros de pessoal.

O Ministro disse que com relação às bolsas CAPES, é plenamente possível, até porque este programa já existe nos IFETS. Porém, concorda com o professor Luiz Claudio de que as referidas bolsas deveriam levar também em consideração os projetos estratégicos das gestões das IFES.

Em seguida convida a FASUBRA para a reunião com a Comissão de RH/ANDIFES, para que se desse início a construção do modelo acerca das bolsas e do programa nacional de capacitação. Disse que devemos em ambas as ações trabalhar junto com os gestores. Em seguida autorizou o Secretário Luiz Claudio para dar início as negociações das Bolsas CAPES e o Programa Nacional de Capacitação.

O Ministro solicitou que indicássemos quem tem um exemplo bom de capacitação e que a partir deste parâmetro criássemos uma proposta para apresentarmos

Mais uma vez cobramos do MEC uma ação fiscalizadora e indutora com relação aos dois temas. Informamos que existiam reitorias avançadas no tema, porém, a maioria das reitorias ainda estava muito aquém do mínimo necessário para atendimento do que a Lei determina.

Cobramos do MEC a definição da nova portaria constituindo o GT - Terceirização. O Ministro disse que já assinou as referidas portarias e que não entendia o porquê do referido GT nunca saiu do papel. Mais uma vez ficou de atualizar os nomes dos integrantes do GT, para as devidas homologações via portaria por parte do MEC.

Quanto ao tema Concurso Público, o ministro Haddad informou que as 27 mil vagas de Técnico-administrativos são para contemplar o déficit do REUNE e expansão universitária. Disse também que as vagas das 4 novas universidades não estavam inclusas nas 27 mil vagas, pois serão a parte e já tem PL tramitando.

Neste momento, alertamos da importância de concurso vir acompanhado de reajuste nos salários. Foi lembrado que o PCCTAE tem o pior piso dos SPFs, e que era necessário a correção de tais distorções, pois era complicado falar em expansão com um piso tão baixo.

O ministro teve que sair neste instante, mas disse que tudo que fosse falado e acertado era em nome dele, e a partir de então a reunião foi com o Secretário Luiz Claudio da SESU.

Foi questionada a introdução no PL 2203, no tocante aos salários dos médicos, além da mudança da metodologia dos valores recebidos como adicionais de insalubridade e periculosidade a partir de valores fixos, com valores aquém da realidade. Após debates sobre o tema o Ministro Haddad disse desconhecer tais medidas e que iria se informar melhor para poder se posicionar.

Quanto ao ponto eletrônico, reclamamos das constantes orientações do coordenador dos HU's que estava passando por cima da autonomia universitária, uma vez que estava determinando que as frequências deveriam seguir para o SIAPE sem passar pelas chefias e DRH das Universidades.

Novamente, o ministro disse que não estava sabendo dessa orientação, o que foi acompanhado pelo professor Luiz Carlos. Informaram que iriam se apropriar do tema para poderem se posicionar.

Ficou estabelecido que todo o trabalho da CNSC, expresso no relatório, (racionalização, anexo IV, anexo III aposentados e etc) deveria seguir imediatamente para o Ministério do Planejamento para darmos sequência a carreira e que haverá uma nova agenda de reuniões da CNSC com prazos e resolutividade.

Pleiteamos que as eleições para reitor fossem minimamente paritárias e o Ministro Haddad disse que o MEC quer acabar com a lista tríplice e dar autonomia para que as IFES decidam a melhor maneira de realizar as eleições para reitor.

O Ministro informou que o vice-reitor só assume a reitoria para chamar eleição 60 dias depois que o cargo de reitor vaga, e que na visão dele isto era muito ruim para as IFES. Informou que o MEC vai propor mudança na legislação neste tema, o que teve o nosso imediato apoio.

Ao final da reunião ficou marcado uma nova reunião para o dia 25/10, as 10h00, com o professor Luiz Claudio para darmos continuidade às negociações com o MEC.

RELATÓRIO DE REUNIÃO COM A COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS DA ANDIFES em, 18/10/2011.

Pela ANDIFES: Dirigentes de Pessoal e Pró-Reitores de Pessoal.

Pela FASUBRA: Léia, Rolando, Rogério, JP.

As 15h00 do dia 18 de outubro, em desdobramento da reunião com o Ministro da Educação, a FASUBRA foi convidada para se reunir com a Comissão de Recursos Humanos da ANDIFES, presidida pelo Reitor da Universidade de Uberlândia, para tratar de dois assuntos:

01. Bolsas da CAPES para técnico-administrativos.

A FASUBRA informou que com a conquista da inclusão na Lei 11.091 da política de incentivo a Qualificação, foi demandado a necessidade da construção de programas que possibilitassem o acesso ao trabalhador nos programas de mestrado e doutorado.

A autorização de afastamento e concessão de bolsas é necessária, numa perspectiva de tratamento isonômico entre os docentes e técnico-administrativos nas IFES. Informamos o exemplo da política adotada nos IFET's, que instituiu Programa de Bolsas via CAPES para os trabalhadores(as) técnico-administrativos.

Contraditoriamente a categoria conquistou o direito, mas não possui as condições objetivas para [ter](#) acesso ao mesmo. Daí a necessidade da construção de programas que atendam essa demanda reprimida de qualificação.

Desse tema, foi construído o seguinte encaminhamento:

- A FASUBRA apresentaria para a Comissão de Recursos Humanos da ANDIFES um Projeto Piloto de Concessão de Bolsas via CAPES – para mestrado e doutorado. Nesse Projeto deverão constar as áreas prioritárias para a concessão dessas bolsas, a partir do interesse institucional e o número de bolsas, por Instituição.

02. Plano Nacional de Capacitação.

A representação da FASUBRA fez uma explanação geral acerca das prerrogativas da Lei 11.091, no tocante a Capacitação e da necessidade dos gestores se comprometerem com a implementação de Programas em obediência a Lei, e também na busca da qualificação do trabalhador. Destacou-se a heterogeneidade desses Programas nas IFES e a inexistência dos mesmos em algumas instituições, num flagrante desrespeito a Lei. Por isso a necessidade da construção de uma ação articulada entre os gestores, representados na ANDIFES, Trabalhadores e governo (MEC), com o objetivo da construção de um Plano Nacional de Capacitação, que proporcionasse uma homogeneidade dessa política nas IFES.

Informamos aos dirigentes de RH, que o MEC sugeriu que escolhêssemos um modelo exitoso de Programa de Capacitação implementado nas Universidades. A ideia é de construção de um Plano Nacional, aproveitando as boas experiências.

Desse tema, foi construído o seguinte encaminhamento:

- A FASUBRA apresentará a ANDIFES um Projeto de capacitação que contenha os elementos defendidos pela FASUBRA.
- Esse Projeto será trabalhado pela FASUBRA em conjunto com a Comissão de Recursos Humanos da ANDIFES, para servir de parâmetro para o Projeto Nacional de Capacitação.

RELATÓRIO DE REUNIÃO COM A SRH/MPOG em, 18/10/2011.

Pelo MP: Duvanier, Marcela Tapajós e outras.

Pela FASUBRA: Léia, Rolando, JP, Rogério.

A FASUBRA deu início à reunião, registrando que retoma o espaço de negociação com o MP, após 110 dias de Greve, que infelizmente não contou com abertura de negociação junto ao MP. Em seguida destacaram-se as seguintes questões:

1. O fato dos Técnico-administrativos se constituírem na única categoria sem reajuste em 2012 no setor da educação. Foi afirmado pela representação da FASUBRA que os baixos salários estão provocando uma alta rotatividade nas IFES, que compromete a gestão das Universidades e o processo de expansão das IFES proposto pelo próprio governo.
2. Quanto ao orçamento para 2012, destacou-se que, a partir de notícia pelo Congresso Nacional, o orçamento de 2012 tem uma margem para ajustes, e que seriam consideradas algumas categorias que ficaram fora da negociação, dentre elas está o setor da educação.
3. Colocamos que mesmo tendo a consciência de que estávamos na mesa para discutir 2013, achávamos necessário uma iniciativa do governo, buscando a incorporação no orçamento/2012 de recursos para evolução do piso da tabela. Insistimos que o executivo pode, no ajuste do orçamento, remanejar orçamento.
4. Com relação à judicialização da Greve, manifestamos que foram cumpridos todos os requisitos impostos pela ação da AGU junto ao STJ, portanto estávamos solicitando a retirada da ação contra a Federação e contra todos os sindicatos da base da FASUBRA.
5. Quanto à agenda e metodologia das negociações: Cobramos a definição da metodologia da negociação, dando destaque ao piso e teto da tabela, bem como a definição antecipada de prazos e ritos da nova etapa de negociações iniciada.
6. Reforçamos a necessidade de investimento no piso, buscando a relação com o valor do PGPE, visto que o PCCTAE possui o pior piso e o pior teto do funcionalismo.
7. Argumentamos que o governo deveria se esforçar mais no tocante aos prazos firmados na mesa, bem como, com resolutividade efetiva na mesa de negociação.
8. Foi também afirmado que não iríamos abrir mão de resolver de vez as questões sobre racionalização, reposicionamento dos aposentados, anexo IV, VBC e benefícios.
9. Na sequencia, foi pautado as das ações jurídicas que estavam ocorrendo nas bases da federação por causa da Lei do primeiro emprego, pois no PCCTAE exige-se experiência (edital de concurso) para ingresso no cargo. Esta situação tem trazido problemas em algumas IFES, inclusive, com ameaças de demissão de trabalhadores depois de alguns anos trabalhado.
10. Sobre a carga horária de médicos, adicionais de insalubridade e periculosidade que estavam sendo disciplinados no PL 2203/2011, explicitamos nossa posição, questionando o método (mudança na Lei 1.091 sem discussão com a FASUBRA) e o mérito da proposição.
11. Com a palavra o secretário Duvanier, afirma que a SRH não irá responder aos ofícios que são entregues pela federação nos dias de reunião, de forma escrita, mas responderá no debate. Disse que para responder por escrito deveriam antes estudar os nossos ofícios para só depois responder oficialmente, e que ali era uma mesa de negociação e tudo seria respondido na mesa.
12. Disse ainda, que o planejamento não irá se envolver nos processos judiciais sobre a experiência e que tais processos deveriam ser resolvidos no âmbito das IFES, usando da sua autonomia. Informou que todo processo de seleção e confecção de editar são feitas pelas IFES.

13. Com relação a reajuste no orçamento para 2012, afirmou que era inviável, pois na ótica da SRH, a data limite para envio foi 31/08/2011. Disse que o governo não poderia fazer mais nada, exceto para aquelas categorias que tem seus projetos de reajuste previsto e tramitando na LOA.
14. A FASUBRA questionou se eles iriam dar o mesmo tratamento ao poder judiciário e ele respondeu que o poder judiciário já tinha seu nome na peça da LOA que estava tramitando no Congresso desde 2009.
15. A FASUBRA deixou claro que este problema não era apenas de interesse sindical, pois afeta a gestão das Universidades. Na opinião da Federação e de parlamentares que estão trabalhando o orçamento, o governo pode alterar, basta ter este entendimento, do contrário a categoria ficará com o pior piso e teto salarial, e ainda congelado por dois anos.
16. O Secretário Duvanier afirmou que a mesa terá resolutividade para 2013, embora, na opinião do planejamento, 2012 está descartada qualquer tentativa por parte da FASUBRA de conseguir alguma coisa para a categoria.
17. Pautamos a questão do **auxílio alimentação, que era custeio e a LDO permite o governo ajustar os valores na média, em comparação com o valor mais alto. Colocamos que esta questão não tem dúvida quanto a possibilidade de inclusão de orçamento na** média do menor valor + o maior valor pago na união, conforme reza na LDO.
18. O Secretário disse que a ação pode ser retirada, desde que venha articulada a um Plano de reposição. Afirmamos que nas Universidades, já é cultural nos movimentos grevistas, repor o trabalho em atraso devido a Greve. Falamos que a FASUBRA sempre fez a reposição dos trabalhos após as greves. O Secretário afirma que sem formalizar um acordo de reposição de trabalho, eles não têm como tirar a ação.
19. A representação da FASUBRA disse que se aceitarmos essa forma, estaríamos aceitando da ilegalidade da Greve. O Secretário disse que o Planejamento não questiona a legalidade da Greve. Disse que a greve da FASUBRA, em sua opinião foi desproporcional e não teve razoabilidade, mas em momento algum o Planejamento colocou a greve da FASUBRA como ilegal.
20. Colocamos que a greve foi razoável, dado o número de reuniões (43), e que governo, através da ação inicial da AGU, questiona a legalidade da greve.
21. O Secretário reafirmou que tem que ter um plano de reposição dos dias parados, para só depois eles mandarem uma orientação para AGU retirar a ação do STJ e nós dissemos a ele que esta decisão era única e exclusivamente da alçada da categoria e não da direção da FASUBRA.
22. Sobre os **prazos e ritos**, Duvanier diz que podemos estabelecer um protocolo com prazos para negociações, com agenda e metodologia para 2013, porém que fechamento da disponibilidade financeira, só a partir de marco de 2012 que eles poderiam determinar. As questões gerais poderiam ser debatidas, mas, sem saber do impacto financeiro nada poderia ser fechado e que só a partir de março 2012 e no máximo abril de 2012, eles poderiam fechar um acordo com a categoria. Afirmou ainda que quaisquer informações a respeito de valores só seriam discutidas em Março ou abril, momento este que o governo ira disponibilizar os recursos.
23. Questionamos o método, pois avaliávamos que o fechamento em março de 2012 de todas as demandas era humanamente impossível. O Secretário disse que não poderiam colocar recursos orçamentários na mesa sem saber dos impactos antes de março/abril de 2012. O que será discutido nesse período é conteúdo das proposições.
24. Falamos que temos que atingir urgentemente a isonomia de piso e teto no poder executivo, pois estávamos extremamente defasados. Duvanier, disse que a mesa de negociação só vai assumir compromisso de impacto a partir de marco e/ou abril de 2012.
25. A FASUBRA deixou claro que queremos assinar um protocolo de intenções, mas, iremos cobrar resolutividade, para não gerar insegurança na categoria, mesmo acreditando que o debate entre nós (FASUBRA e GOVERNO) seria muito duro do ponto de vista de conceitos, mas iríamos nos esforçar para buscar a construção de soluções para o conjunto da categoria para superar este patamar de pior piso e teto do SPF.

26. Com relação ao Concurso Público, questionamos como ficariam as 27 mil vagas com estes salários? Quem ficaria nas IFES? Afirmamos que a nossa carreira não era atrativa, portanto, se não é atrativa, como podemos segurar um profissional de qualidade nas universidades?
27. O Secretário informou que fará uma proposta de protocolo para a FASUBRA e tentará um acordo com **relação ao mandato de injunção sobre aposentadoria especial e/ou contagem de tempo especial**. Lembrou que eles fizeram uma instrução normativa (contagem de tempo e aposentadoria especial), mas, o ministério da previdência também fez, e recentemente eles tiveram que nivelar ambas as orientações.
28. A FASUBRA sugeriu ao Secretário que a realização de reuniões periódicas com o Sergio Carneiro, pois foi uma perda para o conjunto dos SPFs, o isolamento e/ou término destas reuniões.
29. O Secretário disse que estão querendo fazer uma oficina com o movimento para breve, com a pauta: adicionais laborais e outros assunto ligado ao tema. Falou que a insalubridade não pode ser vista como salário e sim como uma indenização.
30. A FASUBRA afirmou que, antes dessa proposição, deveriam ser melhorados os ambientes organizacionais, tornando-os salubres de fato. Mudar a regras dos adicionais sem alterar os ambientes de trabalho e um contrassenso, ainda mais transformando o mesmo em valor fixo e extremamente rebaixado.
31. O Secretário afirmou que as indenizações tinham que ser iguais para todos, pois os riscos são iguais. Ele disse que o governo observou que a insalubridade no SPF variava de 59 reais a 2500 reais. Sendo assim, o governo passou a exigir laudos a partir de 2009, pois 42% da folha de pagamento recebiam adicionais de insalubridade e periculosidade.
32. Informamos que a categoria luta por qualidade no trabalho que passa por ambientes salubres. Dissemos que a lógica adotada era a lógica do rebaixamento puro e simples, pois eles tinham que entender que no caso da periculosidade basta apenas afastar-se do perigo e ela é sanada, mas, a insalubridade era cumulativa e falar em igualdade era um grande equívoco, pois um trabalhador com um ano de exposição, não era igual a um trabalhador com 10, 20 ou 30 anos, pois o dano à saúde era acumulativo e que, portanto, a medida do PL 2203 era apenas para rebaixar folha de pagamento.
33. Quanto ao **congelamento salarial dos Médicos no PL 2203**, o Secretário disse que em 2009, o governo fez uma análise e que percebeu a forma irregular que os médicos estavam recebendo os seus vencimentos, ou seja, estavam recebendo dobrado. Disse que em 1998 a jornada do médico era de 20 horas e 40 horas e que em 2006, depois de revista todas as carreiras por parte do governo, aquela Lei deveria ter sido revogada e não foi, pois cada carreira começou a pagar de forma diferenciada os médicos. Portanto, na hora que se estabeleceu estas regras (carreira), aquela lei deveria ter sido revogada, portanto, a tabela de 20 horas passaram a pagar como se fosse de 40 horas e a de 40 horas, passaram a pagar 80 horas, isto aconteceu principalmente no PCCTAE, exceto com os médicos das forças armadas e os médicos peritos do INSS. Eles falaram que o TCU também já estava de olho nesta irregularidade dentro das IFES.
34. Por último o Secretário disse que vê com bons olhos o aumento no auxílio alimentação, acreditando que neste tema daria para avançar no ajuste do orçamento de 2012 e que estavam estudando. Disse ainda que o reajuste passado do auxílio alimentação, o mesmo aconteceu no ajuste orçamentário.
35. Na próxima semana o Secretário encaminhará FASUBRA à proposta de protocolo, com a agenda.

CONVOCATORIA REUNIÃO GT HU's/Saúde

Em cumprimento a deliberação reunião da DN realizada nos dias 14 e 15 do corrente mês, a Coordenação de Seguridade Social convoca os sindicatos filiados para estarem participando nos dias 03 e 04/11 da reunião do GT Hospitais Universitários/ Saúde em Brasília.

Informamos ainda que é de suma importância à confirmação dos presentes via e-mail (fasubra@fasubra.org.br), o mais breve possível para garantia da organização e da infraestrutura.

Reforçamos a necessidade de ações nos Conselhos Universitários aprovando posição contrária a EBESERH.

Reafirmamos as ações nos estados procurando os Senadores pelo voto contrário em especial o senador *Francisco Mozarildo Melo Cavalcanti (PTB/RR)* relator do Projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

Referencial de debate posições dos GT's locais, direção ou assembléia.

Pauta:

- 1- Informes das entidades por escrito;
- 2- Entrega dos abaixo assinados contra EBESERH;
- 3- Autorização de Plantão Hospitalar;
- 4- Ponto Eletrônico nos HU's;
- 5- Insalubridade;
- 6- Visita aos Gabinetes dos Senadores.

XXI CONFASUBRA

Definida data de realização do CONFASUBRA – de 08 a 13 de abril de 2012.

Entidades que quiserem sediar o Congresso deverão apresentar projeto de custos, logística, etc, até o dia 20 de novembro de 2011, para avaliação e deliberação por parte da DN.

NOTÍCIAS

PLP 549/09: comissão rejeita projeto, que agora vai à CCJ

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara aprovou, nesta quarta-feira (19), o parecer contrário do relator, deputado Pepe Vargas (PT-RS), ao PLP 549/09, do Senado, que congela o salário dos servidores por 10 anos.

Vargas, no parecer, não tratou sobre a inadequação orçamentária e financeira do projeto, razão pela qual a matéria não vai ser arquivada e segue para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, última instância antes da votação do texto em plenário.

Como se trata de projeto de lei complementar (PLP), o parecer das comissões temáticas servem apenas para instruir a matéria, que necessariamente será votada em plenário. Portanto, a proposição em questão não tem caráter conclusivo, nem tampouco terminativo nos colegiados.

No mérito, o relator rejeitou a proposição porque entre outras razões entende que "o período de vigência do projeto, 10 anos, é extremamente longo, dado o grau de incerteza acerca da operacionalização e dos resultados das medidas a partir dos parâmetros estabelecidos no projeto de lei complementar. Existe o risco da medida se revelar inadequada às reais necessidades de gestão de recursos humanos ou do próprio controle de gastos."

Pressão sindical

As entidades representativas dos servidores compareceram e acompanharam a discussão e votação do projeto, o que contribuiu para o desfecho favorável em relação aos interesses do funcionalismo e dos sindicatos dos servidores.

Fonte: DIAP

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2011

OUTUBRO

18 a 22

Conferência Mundial de Determinantes em Saúde Pública

A definir	Caravana Nacional Contra Votação do PLC 79 - Senado Federal
20	1ª. Jornada de Debates – Setor Público – DIEESE - Bsb
20 e 21	Seminário de Prevenção de Acidentes do Trabalho – TST - Bsb
20 e 21	Reunião com os Coordenadores Nacionais e Regionais de Segurança – Pelotas/RS
20 e 21	Seminário do Conselho Nacional de Educação – Plano Nacional de Educação
21 e 22	2º Seminário sobre o Plano Nacional de Educação 2011/2020 – Bsb
25	Audiência Pública – Convenção 151 da OIT
26	Reunião do Comitê Nacional Interinstitucional de Desprecarização do Trabalho no SUS – Bsb
26	Marcha da CNTE – Defesa dos 10% PIB
26	Reunião da Comissão de Negociação com os trabalhadores da FASUBRA
26	Dia Nacional de Luta - Eixo: Resolutividade nas negociações
26 e 27	Seminário de Igualdade Racial – SEPIR/Bsb
31 e 01/11	Reunião da Comissão de Sistematização do Estatuto
NOVEMBRO	
03 e 04	Reunião do GT HU's e Saúde – Pauta: PL 2.203; Ponto Eletrônico; APH e EBSERH
06 a 08	Seminário Internacional de Políticas Públicas de Saúde
08	Reunião FENTAS
09 a 10	Reunião CNS
15	Congresso da CONTUA e Reunião da CEA - Argentina
20	Dia Nacional da Consciência Negra – Orientação: que as entidades de base cobre reuniões dos Conselhos Superiores para pautar a Lei 6.639 e sua aplicabilidade
20 e 21	Oficina: Mídias Sociais e Suas Relações - Público: DN e Setores de Comunicação das Entidades de Base
22 a 24	Reunião da DN
25 e 26	Plenária Nacional Alteração Estatutária
26	Reunião de Desprecarização do SUS - Reativação
28 e 29	Reunião com os Coordenadores de Aposentados das Entidades de Base da FASUBRA – Pauta: Tramitação das PECs 555/2006; 270/2008 e PL Reposicionamento dos Aposentados
28 a 03/12	Seminário Nacional de Seguranças das Ifes – Pelotas/RS – Pauta: Projeto de Segurança; Terceirização; Relação dos Vigilantes com os movimentos sociais
30 a 04/12	Conferência Nacional de Saúde - Bsb
DEZEMBRO	
06	Reunião FENTAS
07 e 08	Reunião CNS
09 a 11	Plenária Nacional – Balanço da Greve e Convocação para o XXI CONFASUBRA e Aprovação do Regimento Interno
12 a 15	3ª Conferência Nacional de Política para a Mulher
13 e 14	Encontro de Negros e Negras TAE's da FASUBRA
19	Fundação da FASUBRA 33 anos
JANEIRO	

A definir	Oficina de Mídias
MARÇO	
A definir	III Encontro de Mulheres da FASUBRA
ABRIL	
08 a 13	XXI CONFASUBRA